

**PARA ONDE NOS LEVA A TEORIA PIAGETIANA?  
UM CONFRONTO COM GRAMSCI E LUKÁCS:  
HEGEMONIA E OBJETIVIDADE NA EDUCAÇÃO**

Sílvia Peixoto Leão Almeida

Após algumas incursões no pensamento piagetiano, dois pontos que nos parecem fundamentais na educação, a hegemonia e a objetividade, surgiram no cenário da psicogênese como uma conseqüência inexorável do processo de equilíbrio existencial do homem nos aspectos lógicos e históricos de sua adaptação.

Piaget surge no cenário da Psicologia como uma síntese entre racionalismo e materialismo, apresentando-nos *uma agudeza de divisões funcionais na formação do pensamento*, destituído de sua dimensão dialética, a contradição, para dar lugar às certezas e experimentais tão utilizadas por ele.

Deste modo, diluída a contradição, emerge o primado da racionalidade onde, em estágios cada vez mais organizados, o homem conhece, lê e age mais cientificamente sobre o mundo.

Ora, não há garantia lógica e muito menos ontológica de que o homem mergulhe vertiginosamente sobre o real em uma progressão lógica cada vez mais coerente. Tanto é que no momento em que nos encontramos historicamente situados, somos uma síntese genético-histórica de nossa espécie. E nem por isso a concreticidade do real é mais transparente à maioria dos homens. O que acontece, então, de fato?

De certo, entre o sujeito cognoscente e o cognoscível existe todo um mundo histórico que é a mediação da relação entre os homens.

A categoria da totalidade nos remete à questão das partes que só se explicitam se contextualizadas, se remetidas ao todo. Neste contexto, a contradição existente entre trabalho intelectual e trabalho manual, a divisão social do trabalho, nos diferencia radicalmente em nossa ação sobre o mundo e em nossa maneira de concebê-lo.

A partir desta análise, o tipo de ação que desenvolvemos no mundo, o papel que desempenhamos no mundo da produção, se com um grau de intensidade maior na função intelectual ou manual, vai nos dar os elementos essenciais nas nossas representações e conceituações.

Eis então as questões: A partir da psicogênese evolutiva acrescentamos à questão da evolução do pensamento, a questão da objetividade a nível lógico e histórico. Se todos os homens são racionais, mas não de uma racionalidade *a priori* concedida, mas que no exercício de sua sobrevivência conquistam a razão ativa, agir sobre o mundo, por que nem todos os homens dispõem de condições de possibilidade para o exercício da sua racionalidade em graus superiores de coerência, logicidade e sistematicidade? Esta é a luta pela objetividade a nível lógico: a realidade é acessível a todos os homens em suas múltiplas determinações, mas nem todos os homens a captam em suas relações mais radicais.

Se não há *a priori* uma categoria de homens privilegiados pela biologia o que acontece com a maioria dos homens? Sem reacender a chama liberal da crença nos talentos e aptidões inatos, o que acontece com o "homem médio"? Em que medida a psicologia evolutiva responde às "distorções" no pensamento do homem-do-meio-da-rua?

A resposta parece estar na interação com o meio ambiente. Mas a interação *per se* é uma abstração das mais amorfas. Sem reconhecer a questão da interação entre homens, das relações entre os homens mediadas por um complexo de superestruturas, não poderemos entender porque "se todos os homens são intelectuais, nem todos os homens exercem na sociedade a função da intelectual" (Gramsci, a, p. ). Onde poderemos colocar a questão da objetividade a nível histórico: se é possível aos homens serem filósofos e cientistas a nível lógico, é possível compreender a objetividade na perspectiva de uma concepção unitária, não unívoca do mundo? Uma concepção que seja avançada em relação ao modo capitalista de produzir a vida material-cultural, no caso, a perspectiva concreta do socialismo, a partir de ações concretas?

Ao reconhecer que “o conhecimento objetivo se origina de interações entre o sujeito e os objetos (Cearmichael, p. 73), temos de fato, uma das dimensões da objetividade mas que não é garantia por si só do conhecimento objetivo. Não podemos esquecer ainda da interação fundamental entre os sujeitos históricos (dimensão cultural-política), para não cairmos na armadilha do capitalismo onde “do fato da dominação do capital financeiro, os fenômenos a partir dos quais seria possível desvendar a reificação de todas as relações humanas, tornam-se cada vez menos acessíveis à reflexão da média das pessoas (Lukács) ou mesmo “as relações humanas tomam o aspecto de coisas, de qualidades objetivas de objetos (Lukács, p. 29).

Gramsci adverte que a objetividade não deve ser entendida de maneira mecânica como em Chermichael, p. 73,” a conquista envolve uma série de construtos sucessivos que dela (da objetividade), se aproximam cada vez mais”: Temos que observar que nesses construtos sucessivos a conquista não é só formal mas político-cultural e portanto, fundamentalmente dialética. Neste caso, “como o sujeito se torna progressivamente capaz de conhecer os objetos adequadamente, isto é, como ele se torna capaz de alcançar o conhecimento objetivo” (Chermichael, p. 72), quem julgará o “adequadamente” ou nas palavras de Gramsci “quem julgará essa objetividade”?

Trata-se sem dúvida de um “objetivamente humano” não existente fora do homem. A objetividade é sempre a luta pela objetividade visto que o mundo é sempre um mundo para o homem e sendo o homem um processo, a objetividade também é devir.

A dimensão histórica subjacente à dimensão lógica da objetividade revela a função emancipatória da objetividade: a luta cultural (hegemonia) por uma compreensão dialética do real, por uma visão unitária, coerente lógica e politicamente com uma concepção superior do mundo.

E neste sentido, a criação de uma *Weltanschauung* está na dependência da criação de uma classe dirigente ou conforme Gramsci, a criação de um Estado.

A construção da objetividade a partir do senso comum é um fato negligenciado nas análises cientificistas e deve ser resgatada a visão historicizante do conhecimento, a importância das elaborações culturais da maioria dos homens, o “bom senso”, sem atribuir-lhe a visão unilateral de inexorável deformador do real.

Surge então a educação como mediadora desta função emancipatória quando os agentes têm consigo esta perspectiva definida e nesta "vontade centralizada" se busca reeducar o ambiente que é o educador e desenvolver uma nova hegemonia, uma nova maneira de existir no mundo.

## BIBLIOGRAFIA

1. CERMICHAEL, L. Manual de Psicologia da Criação. São Paulo, EPU, EDUSP, 1975.
2. GRAMSCI, A. — A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA, RJ, Civilização Brasileira, 1984.
3. ————. Os intelectuais e a organização da cultura, RJ, Civilização Brasileira, 1984.
4. LUKÁCS, G. Existencialismo ou marxismo? São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.